

APAETE
Participações em
Transmissão S.A.

**Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
APAETE Participações em Transmissão S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da APAETE Participações em Transmissão S.A. (Companhia), individuais e consolidadas que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

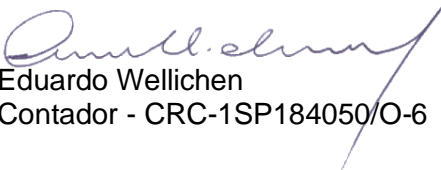


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O-6

APAETE Participações em Transmissão S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.151	80.404	5.200	80.611
Investimento a curto prazo	5	-	-	15.285	67.603
Contas a receber de clientes	6	-	-	7.403	5.951
Dividendos a receber		8.470	-	-	-
Imposto de renda e contribuição a recuperar		85	107	86	144
Outros tributos a compensar		3	-	3	4
Ativo contratual da concessão	6	-	-	26.057	22.418
Outros ativos		1	1	3.648	2.895
		13.710	80.512	57.682	179.626
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo		-	-	174.485	153.473
Depósitos judiciais	10	-	-	2.421	640
Ativo contratual da concessão	6	-	-	171.928	152.697
Outros ativos		-	-	136	136
Investimentos em controladas Imobilizado	7	70.345	90.424	-	-
		-	-	351	324
TOTAL ATIVO		84.055	170.936	232.518	333.423
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Debêntures	8	-	-	13.649	13.793
Fornecedores	5	-	-	223	281
Obrigações com empregados		-	-	431	635
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	17	349	464
Outros tributos a pagar	2	-	6	207	200
Encargos regulatórios a pagar		-	-	1.348	1.573
Dividendos a pagar	12	8.942	-	10.236	-
PIS e COFINS diferidos	9	-	-	973	835
Outros passivos		-	830	429	1.167
		8.949	853	27.845	18.948
NÃO CIRCULANTE					
Debêntures	8	-	-	106.001	116.226
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	6.189	5.467
PIS e COFINS diferidos	9	-	-	6.362	5.644
Provisões para contingências	10	-	-	291	2.901
Outros passivos		-	-	44	67
TOTAL DO PASSIVO		8.949	853	146.732	149.253
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	11	41.098	148.698	41.098	148.698
Reserva de capital		2.402	2.402	2.402	2.402
Reserva de lucros		31.606	18.983	31.606	18.983
Participação de acionistas não controladores		-	-	10.680	14.087
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		84.055	170.936	232.518	333.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

APAETE Participações em Transmissão S.A.
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	13	-	-	53.027	60.175
Custo dos serviços prestados	14	-	-	(3.932)	(3.715)
LUCRO BRUTO		-	-	49.095	56.460
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Administrativas e gerais	14	(214)	(163)	(795)	(2.478)
Resultado de equivalência patrimonial	7	33.881	45.759	-	-
Outras receitas	7	3.132	-	3.132	-
		36.799	45.596	2.337	(2.478)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		36.799	45.596	51.432	53.982
Despesas financeiras		(116)	(6)	(9.149)	(1.443)
Receitas financeiras		1.143	445	3.425	3.174
	15	1.027	439	(5.724)	1.731
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		37.826	46.035	45.708	55.713
Imposto de renda e contribuição social	16	(176)	(54)	(2.883)	(2.744)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		37.650	45.981	42.825	52.969
Aibuído aos acionistas controladores				37.650	45.981
Atribuído aos acionistas não controladores				5.175	6.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

APAETE Participações em Transmissão S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	37.650	45.981	42.825	52.969
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	37.650	45.981	42.825	52.969
Atribuído aos acionistas controladores			37.650	45.981
Atribuído aos acionistas não controladores			5.175	6.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

APAETE Participações em Transmissão S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Total Controladora	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
			Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados			
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2020	139.097	2.402	600	8.547	-	150.646	31.276	181.922
Aumento de capital	9.601	-	-	-	-	9.601	-	9.601
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	45.981	45.981	6.988	52.969
Destinação para reserva legal	-	-	2.299	-	(2.299)	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(10.921)	(10.921)	-	(10.921)
Dividendos adicionais	-	-	-	(8.547)	(16.677)	(25.224)	(24.177)	(49.401)
Lucro a disposição da Assembléia	-	-	-	16.084	(16.084)	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	148.698	2.402	2.899	16.084	-	170.083	14.087	184.170
Redução de capital	(107.600)	-	-	-	-	(107.600)	(3.313)	(110.913)
Dividendos adicionais	-	-	-	(16.085)	-	(16.085)	(3.975)	(20.060)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.650	37.650	5.175	42.825
Destinação para reserva legal	-	-	1.883	-	(1.883)	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(8.942)	(8.942)	(1.294)	(10.236)
Lucro a disposição da Assembléia	-	-	-	26.825	(26.825)	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	41.098	2.402	4.782	26.824	-	75.106	10.680	85.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

APAETE Participações em Transmissão S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	37.826	46.035	45.708	55.713
Ajustes no lucro para:				
Depreciação e amortização	82	-	202	64
Equivalência patrimonial	(33.881)	(45.759)	-	-
PIS e COFINS diferidos	-	-	856	1.203
Encargos sobre dívidas e juros de arrendamento	-	-	8.906	1.364
Receita sobre aplicações financeiras	-	-	(1.323)	(1.277)
Outras receitas financeiras	-	-	(292)	12
Outras receitas operacionais	(3.132)	-	(3.132)	-
	895	276	50.925	57.079
Variações patrimoniais				
Contas a receber de clientes	-	-	(1.452)	(1.498)
Ativo contratual da concessão	-	-	(23.454)	(15.289)
Estoques	-	-	(38)	-
Tributos a compensar	19	(38)	(374)	(647)
Outros ativos	(1)	5	(2.514)	(535)
Fornecedores	5	(36)	(58)	76
Tributos a pagar	(196)	(40)	(703)	145
Obrigações com empregados	-	-	(204)	537
Outros passivos	-	2	522	3.413
	(173)	(107)	(28.275)	(13.798)
Imposto de renda e contribuição sociais, pagos	-	-	(1.371)	(1.578)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	722	169	21.279	41.703
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de controladas	-	(14.453)	-	(14.453)
Dividendos recebidos	26.024	123.210	-	-
Redução de capital em controladas recebida	21.686	-	-	-
Resgates de (aplicações em) aplicações financeiras	-	-	53.641	(69.067)
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	47.710	108.757	53.641	(83.520)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	-	9.600	-	9.600
Redução de capital	(107.600)	-	(110.914)	-
Dividendos pagos	(16.085)	(38.994)	(20.060)	(57.813)
Ingresso de dívida	-	-	-	130.000
Pagamento de principal das debêntures	-	-	(12.740)	-
Pagamento de juros das debêntures	-	-	(6.515)	(1.337)
Pagamento de arrendamento	-	-	(102)	(37)
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(123.685)	(29.394)	(150.331)	80.413
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(75.253)	79.532	(75.411)	38.596
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa				
Saldo no início do exercício	80.404	872	80.611	42.015
Saldo no final do exercício	5.151	80.404	5.200	80.611
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(75.253)	79.532	(75.411)	38.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Apaete Participações em Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Apaete”), é uma sociedade de capital fechado que foi constituída em 25 de outubro de 2018 e tem como propósito participar em caráter permanente ou temporário, no capital e nos resultados, da sociedade Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. (“AETE”). A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala O -Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia controla a seguinte companhia transmissora de energia elétrica no Brasil, com participação direta de 86,75% em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	Localização / Conexão	Contrato de Concessão ANEEL nº	Prazo da Concessão		Início da Operação	Extensão da Linha	Tensão	RAP/RBNI (Ciclo 2020-2021)	Índice de Reajuste do contrato	Redução de 50% da RAP a partir 16º ano de Operação	Revisão Tarifária prevista
			Início	Fim							
Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S.A. (AETE)	Rondonópolis (MT) - Cuiabá (MT)	008/2004	18/02/04	18/03/34	24/08/05	188 km	230 Kv	31.617	IGP-M	Sim	Não

1.1 COVID-19

Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia e sua controlada tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e subestações, e observando as recomendações das autoridades sanitárias em localidade em que atua.

Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de caráter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia.

A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente deles, a Companhia e suas controladas mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

1.1 COVID-19 – Continuação

Os negócios da controlada da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 28 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, são evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis..

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de sua controlada.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer que a Administração da Companhia e sua controlada faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Contratos de concessão (notas explicativas nº 6 e nº 13) – avaliação do momento de reconhecimento do ativo da concessão; definição da taxa para precificação do componente de financiamento dos ativos do contrato; principais premissas na alocação da receita a cada obrigação de performance, determinação das margens ponderado pela contraprestação variável (parcela variável);
- Provisão para contingências (nota explicativa nº 10) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos (nota explicativa nº 9) - principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 16) – principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis – Continuação

2.5 Base de consolidação

- **Controlada**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e sua controlada. As demonstrações contábeis da controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. O controle, por sua vez, é obtido quando a Companhia e/ou a sua controlada estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

As políticas contábeis da controlada consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais (controladora) as informações contábeis da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e sua controlada.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados da empresa controlada;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e
- d) Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

- **Combinação de negócios**

Nas demonstrações contábeis consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo dos ativos e passivos assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações adquiridas pela Companhia e controlada na troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia e de sua controlada no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

3 Sumário das práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornaram parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

- **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes).

3 Sumário das práticas contábeis – Continuação

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido.

As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia e sua controlada têm como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; e
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

3 Sumário das práticas contábeis – Continuação

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

• **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

• **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Redução ao valor recuperável

• **Ativos financeiros não-derivativos**

Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

3 Sumário das práticas contábeis – Continuação

A Companhia e sua controlada mensuram as provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e sua controlada consideram ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e sua controlada, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e sua controlada de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e sua controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e sua controlada não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e sua controlada para a recuperação dos valores devidos.

• Ativos não financeiros

A Companhia e sua controlada revisam periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e sua controlada. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC).

3 Sumário das práticas contábeis – Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

3.4. Investimentos

O investimento da Companhia é avaliado com base no método de equivalência patrimonial.

3.5. Contratos de concessão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por manter a infraestrutura disponível do sistema de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distinta: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as transmissoras de energia mantem sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebem uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Investimentos não amortizados geram direito a indenização pelo Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão, mediante pagamento da indenização.

A controlada da Companhia que possui concessão de transmissão de energia elétrica registra e mensura a receita dos serviços que prestam de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso a concessionária realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Ativo financeiro da concessão

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento das contas a receber e da respectiva receita se originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a controlada da Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

3 Sumário das práticas contábeis – Continuação

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a controlada da Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram direito a indenização pelo Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que é de 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGP-M. Adicionalmente, não há alteração da taxa implícita definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida imediatamente no resultado.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra (construção), tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas pela implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos que estão registrados na rubrica de “PIS e COFINS diferidos”, no passivo circulante e não circulante.

3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a Companhia e sua controlada satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e sua controlada receberão a contraprestação à qual terão direito. As receitas são classificadas conforme a seguir:

- **Receita de infraestrutura**

Refere-se a receita relativa a obrigação de desempenho relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita de infraestrutura é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, acrescida da margem, pelo valor justo, corrigida pelo índice inflacionário, acrescida do diferimento de Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

3 Sumário das práticas contábeis – Continuação

- **Remuneração financeira dos ativos da concessão**

Refere-se ao componente de financiamento existente na receita de infraestrutura, sendo reconhecida pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão de cada contrato – projeto básico, reforço ou melhoria. A taxa implícita reflete o componente financeiro determinado no início de cada contrato de concessão e mantida até o final. A taxa implícita incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado. As taxas implícitas utilizadas pela controlada da Companhia é de 11% ao ano.

- **Receita de operação e manutenção**

As receitas de operação e manutenção tem início após a conclusão da fase de construção e referem-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que. A receita é reconhecida conforme a concessionária mantém a infraestrutura de transmissão disponível, aplicando-se a margem sobre o custo incorrido para operar e manter, definida no projeto inicial em função do CAPEX. A margem de operação e manutenção é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e sua controlada têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. Estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGP-M e também são acrescidas do diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios.

- **Parcela Variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)**

A Parcela variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão de energia elétrica. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Está reconhecida como receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

- **Receita de juros**

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS registrados no passivo circulante e não circulante.

3 Sumário das práticas contábeis – Continuação

3.8. Tributações

3.8.1. Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia e sua controlada estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% (Não cumulativo) e 1,65% (cumulativo); e
- Contribuição para financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 3,00% (não cumulativo) e 7,60% (cumulativo).

3.8.2. Encargos regulatórios

Os Encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP.

Estes saldos estão refletidos no consolidado no passivo circulante e não circulante na rubrica “Encargos regulatórios”, respectivamente, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.8.3. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem os correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável.

A controlada da Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. O lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

3.9. Dividendos

O Estatuto social da Companhia e sua controlada estabelecem que, no mínimo, 25% do saldo do lucro anual, após as destinações descritas anteriormente, seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. Os dividendos adicionais serão distribuídos de acordo com a geração de caixa excedente da Companhia. Atualmente no Brasil os dividendos não é tributado pelo imposto de renda.

3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

4. Pronunciamentos técnicos novos e/ou revisado pelo CPC

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia e sua controlada adotaram a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis:

- Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

4.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia e sua controlada não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante.
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis.
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	2	3	4	5
Certificados de depósitos bancários	5.149	80.401	5.196	80.606
	5.151	80.404	5.200	80.611
Investimento de curto prazo				
Fundo de investimento	-	-	15.285	67.603
	-	-	15.285	67.603

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se certificados de depósitos bancários remunerados em média a 90% do CDI, com liquidez imediata, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

O Fundo de investimentos, STA Energia, tem característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 100,06% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (95,87% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

6. Contas a receber de clientes e Ativo contratual da concessão

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Encargos do uso do sistema de transmissão faturado	7.403	5.951
	7.403	5.951

6. Contas a receber de clientes e Ativo contratual da concessão – Continuação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito e tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Movimentação do ativo contratual da concessão:	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	175.115	167.112
Receita de operação e manutenção (nota 13)	9.459	11.614
Remuneração financeira (nota 13)	49.498	53.318
Parcela variável (nota 13)	(2.585)	(4)
Realização do ativo contratual	(33.502)	(56.925)
Saldo final	197.985	175.115
Circulante	26.057	22.418
Não circulante	171.928	152.697

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item, ao final da concessão.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

7. Investimentos em controlada

A movimentação do investimento é conforme segue:

Controlada	Saldo em 31/12/2020	Dividendos	Baixa da menos-valia	Amortização do intangível	Redução de capital	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2021
AETE	90.424	(34.495)	2.303	(82)	(21.686)	33.881	70.345

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 9 de abril de 2021 foi deliberado a redução de capital subscrito e integralizado da AETE, sem cancelamento de ações, no montante R\$25.000, nos termos do Art. 173 da Lei 6.404/76, considerando que o valor atribuído ao Capital Social se tornou excessivo, e cujo o valor será distribuído aos acionistas da AETE.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2021 foi efetuada a baixa da menos-valia, na conta de Outras receitas operacionais, no valor de R\$2.303 relacionado as provisões de contingências possíveis que existiam no momento aquisição de controle da AETE, registradas conforme determinado pelo CPC 15 (R2) – Combinação de Negócios.

Controlada	Saldo em 31/12/2019	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2020
AETE	167.875	(123.210)	45.759	

7. Investimentos em controlada – Continuação

As informações do investimento estão apresentadas a seguir:

31/12/2021									
Controlada	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Patrimônio líquido	Participação da Companhia		Dados das investidas			
				no capital social	no patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
AETE	43.468.800	37.709.183	80.610	86,75%	90.009	226.899	146.289	80.610	39.056

8. Debêntures

Financiadores	Empresa	Consolidado					31/12/2020
		31/12/2021					
		Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total	Total	
1ª Emissão	AETE	3.513	(1.123)	117.260	119.650	130.019	
Circulante		3.513	(264)	10.400	13.649	13.793	
Não circulante		-	(859)	106.860	106.001	116.226	

A AETE em 10 de setembro de 2020 realizou a 1ª emissão de 130.000 debêntures, totalizando R\$130.000, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária nos termos do artigo 58 caput, da Lei 6404/76, com garantia fidejussória adicional. O liquidante é o Banco Itaú Unibanco S/A sendo distribuição líquida financeiramente pela B3. A amortização dos juros e do principal se dará semestralmente sendo a primeira em 10 de março de 2021 e a última na data de vencimento em 10 de setembro de 2026. As debêntures serão indexadas pela DI e remuneradas pela taxa de 2,70% a.a. A dívida prevê na cláusula 7.1.3 (xiii) que a partir de 10 de março de 2021 até 10 de março de 2026, a AETE deverá manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em no mínimo 1,10, cujo cálculo é o seguinte: ICSD = Flujo de Caixa Operacional / Serviço da Dívida.

a) Movimentação das debêntures:

Credores	Saldo inicial	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
	31/12/2020					31/12/2021
1ª Emissão	130.019	-	8.886	(12.740)	(6.515)	119.650

Credores	Saldo inicial	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
	31/12/2019					31/12/2020
1ª Emissão	-	130.000	1.356		(1.337)	130.019

b) Saldo a amortizar das debêntures

	2022	2023	2024	2025	2026	Total
1ª Emissão	13.913	10.725	12.350	14.300	69.485	120.773
(-) Custo de captação	(264)	(264)	(264)	(265)	(66)	(1.123)
	13.649	10.461	12.086	14.035	69.419	119.650

9. PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e COFINS é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
PIS diferido	1.306	1.154
COFINS diferido	6.029	5.325
	<u>7.335</u>	<u>6.479</u>
Circulante	973	835
Não circulante	6.362	5.644

10. Contingências e Depósitos judiciais

a) Provisão para contingências e passivos contingentes:

O valor de R\$291 em 31 de dezembro de 2021 (R\$2.901 em 31 de dezembro de 2020) é composto por contingências trabalhistas no valor de R\$291 (R\$597 em 31 de dezembro de 2020), cujas probabilidades de perda são prováveis conforme análise da Administração através de pareceres de assessores jurídicos externos. No exercício findo de 31 de dezembro de 2021 foi efetuada a baixa das provisões de contingências possíveis no valor de R\$2.303, reconhecidas na aquisição de controle da AETE.

Adicionalmente, a controlada da Companhia possui um processo judicial, avaliado com probabilidade de perda possível, estimado no valor total de R\$34 (R\$213 em 31 de dezembro de 2020), relacionada a questões trabalhistas.

b) Depósitos judiciais:

A controlada da Companhia possui depósitos judiciais que se referem a: (i) processos fundiários no valor R\$2.389 em 31 de dezembro de 2021 (R\$119 em 31 de dezembro de 2020); (ii) processos tributários no âmbito estadual no valor de R\$521 em 31 de dezembro de 2020 ; e (iii) processos trabalhistas no valor de R\$32 em 31 de dezembro de 2021.

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$41.098. Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito da Companhia era de R\$152.596 e o montante integralizado era de R\$148.698.

Em reunião do Conselho de Administração no dia 23 de janeiro de 2020 foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$9.601, mediante a emissão de 4.800.000 ações ordinária e 4.800.000 ações preferências ao preço de R\$1,00 por ação, subscritas e integralizadas pelos acionistas na proporção de suas participações.

Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 27 de janeiro de 2021, foi deliberado a redução de capital subscrito e integralizado da Companhia, sem cancelamento de ações, no montante R\$80.000, nos termos do Art. 173 da Lei 6.404/76, considerando que o valor atribuído ao Capital Social tornou-se excessivo.

Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 15 de julho de 2021, foi deliberado a redução de capital subscrito e integralizado da Companhia, sem cancelamento de ações, no montante R\$27.600, nos termos do Art. 173 da Lei 6.404/76, considerando que o valor atribuído ao Capital Social tornou-se excessivo.

11. Patrimônio líquido – Continuação

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

<u>Acionistas</u>	31/12/2021 e 31/12/2020					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Alupar Investimento S.A.	38.911.904	51,00	17.480.343	22,91	56.392.247	36,96
CSHG Perfin Apollo 16 Fundo de Investimentos	37.385.947	49,00	58.817.507	77,09	96.203.454	63,04
Total	76.297.851	100,00	76.297.850	100,00	152.595.701	100,00

11.2. Reservas

- Reserva de capital:**

A reserva de capital é decorrente de ganho em transação de capital com sócios não controladores da AETE no valor de R\$2.402.

- Reserva legal:**

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

- Reserva de lucros:**

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de lucros à disposição da Assembleia, para sua destinação.

11.3. Destinação do resultado

A destinação do lucro do exercício é como segue:

Destinação do resultado	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	37.650	45.981
Constituição de reserva legal (5%)	(1.883)	(2.299)
	35.767	43.682
Dividendos obrigatórios (25%)	(8.942)	(10.921)
Dividendos adicionais	-	(16.677)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia	26.825	16.084

12. Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

Transação / Parte relacionada	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos a pagar	8.942	-	10.236	-
Dividendos a pagar - Alupar	3.305	-	3.305	-
Dividendos a pagar - Apollo 16	5.637	-	5.637	-
Dividendos a pagar – Acionistas não controladores			1.294	

12. Partes relacionadas – Continuação

Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 dezembro de 2021 e 2020, não houve remuneração aos membros do Conselho de Administração e diretoria da Companhia.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da controlada foram de R\$256 (2020: R\$436), composto por salários, benefícios e encargos sociais.

13. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta		
Receita de operação e manutenção (nota 6)	9.459	11.614
Remuneração financeira do ativo de concessão (nota 6)	49.498	53.318
Parcela variável (nota 6)	(2.585)	(4)
	56.372	64.928
Deduções da receita		
PIS	(214)	(303)
COFINS	(988)	(1.397)
PIS diferido	(152)	(101)
COFINS diferido	(704)	(468)
RGR	(853)	(1.227)
RGR diferido	-	(567)
P&D	(121)	(198)
FNDCT	(121)	(159)
MME	(61)	(79)
TFSEE	(131)	(187)
TFSEE diferido	-	(67)
	(3.345)	(4.753)
Receita operacional líquida	53.027	60.175

14. Custos e Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021		31/12/2020	
	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	-	-	(1.821)	(23)	(1.083)	(459)
Honorários da Administração	-	-	-	(256)	-	(442)
Material	(1)	-	(560)	(45)	(466)	(73)
Serviços de terceiros	(106)	(161)	(1.127)	(354)	(1.093)	(1.378)
Depreciação e amortização	(82)	-	(120)	(82)	(95)	31
Provisão para contingências	-	-	305	-	(266)	(5)
Aluguéis	(14)	-	(490)	58	(383)	(44)
Seguros	(1)	(1)	(78)	(5)	(65)	(14)
Doações e contribuições	-	-	(17)	(7)	(19)	(39)
Outros tributos e taxas	(9)	(1)	(24)	(57)	(1)	(54)
Outras	(1)	-	-	(24)	(244)	(1)
Total	(214)	(163)	(3.932)	(795)	(3.715)	(2.478)

15. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Despesas financeiras</u>				
Encargos sobre debêntures	-	-	(8.886)	(1.356)
Encargos sobre arrendamentos	-	-	(20)	(8)
Atualização monetária	-	-	(14)	(40)
Outros despesas financeiras	(116)	(6)	(229)	(39)
	(116)	(6)	(9.149)	(1.443)
<u>Receitas financeiras</u>				
Receita com aplicações financeiras	1.132	440	2.458	2.160
Outros receitas financeiras	11	5	967	1.014
	1.143	445	3.425	3.174
Resultado financeiro	1.027	439	(5.724)	1.731

16. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
a) Composição dos tributos no resultado:				
Correntes	(176)	(54)	(2.160)	(2.375)
Diferidos	-	-	(723)	(369)
Total	(176)	(54)	(2.883)	(2.744)
b) Conciliação da alíquota efetiva				
Lucros antes dos tributos sobre o lucro	37.826	46.035	45.708	55.713
Aplicação da alíquota combinada vigente de 34%	(12.861)	(15.652)	(15.541)	(18.942)
Resultado de equivalência patrimonial	11.520	15.558	-	-
Diferença temporária do CPC 47	-	-	11.621	18.718
Reversão do efeito da alíquota de lucro presumido	-	-	-	-
Despesas indedutíveis	-	-	(128)	(185)
Ganho por compra vantajosa	1.065	-	1.065	-
Outros	100	40	100	(2.335)
Despesas com IR e CS	(176)	(54)	(2.883)	(2.744)
Alíquota efetiva	-	-	6,31%	4,93%
c) Créditos fiscais não reconhecidos				
Prejuízo fiscal (IRPJ)	2.219	611	2.219	611
Base negativa(CSLL)	2.219	120	2.219	120

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que gerariam potenciais créditos tributários. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentarão base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

17. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

b. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os Equivalentes de caixa que se trata de aplicações financeiras em CDB's são classificadas como valor justo por meio do resultado. O caixa e banco movimento, Contas a receber de clientes, Depósitos judiciais, Fornecedores e Debêntures, são classificados como Custo amortizado. O valor justo dos instrumentos financeiros se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

c. Hierarquia do valor justo

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia classificou como Nível II os saldos de Equivalentes de caixa e Investimentos de curto prazo, compostos por Certificados de Depósito Bancário, Operações compromissadas, Títulos públicos e Títulos privados..

d. Riscos resultantes de instrumentos financeiros

i. Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada adotam como política de gerenciamento de risco manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

ii. Risco de crédito

Possibilidade da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados à seus clientes. Na controlada os contratos são mantidos com a ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

iii. Risco de mercado

Existe risco de preço no contrato de concessão da controlada que é reajustado pelo IGP-M e risco de taxa de juros nas Debêntures que são indexadas pelo CDI e as aplicações financeiras remuneradas pelo CDI.

Análise de sensibilidade risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador das debêntures e das aplicações financeiras ao qual a Companhia e sua controlada estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, foi o CDI, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta e a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

17. Instrumentos financeiros – Continuação

Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2021	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
CDI	2,70%	119.650	10,63%	5,31%	7,97%	13,28%	15,94%
			16.287	9.759	13.023	19.551	22.815

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2021	Cenário Provável	Projeção Receita Financeiras - Um Ano			
				Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			10,63%	5,31%	7,97%	13,28%	15,94%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	5.200	553	276	414	691	829
Investimento de curto prazo	CDI	15.285	1.624	812	1.218	2.030	2.436
Total			2.177	1.088	1.632	2.721	3.265

i. Risco de regulação

As atividades da controlada da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e sua controlada.

18. Cobertura de seguros

A controlada da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumariza os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2021.

Risco objeto	Importância assegurada	Prêmio	Término da vigência
Risco de responsabilidade civil	5.000	17	11/02/2022
Compreensivo empresarial nomeados	23.016	25	11/02/2022
Veículos	100% Tabela FIPE	3	03/07/2022
		45	

19. Benefícios a empregados

A controlada da Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: assistência médica, vale transporte, auxílio alimentação, auxílio educação, plano de previdência privada que por sua vez propõe planos de complementação de aposentadoria, onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização, no cálculo atuarial das reservas.

19. Benefícios a empregados – Continuação

A tabela abaixo demonstra os valores dos benefícios concedidos aos empregados:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração direta	(1.248)	(1.383)
Auxílio alimentação	(145)	(94)
Assistência médica e seguro de vida	(167)	(226)
Auxílio educação	(1)	-
Previdência privada (contribuição definida)	(11)	-
Outros benefícios a empregados	(1)	-
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	(163)	(87)
Previdência social (INSS)	(364)	(194)
Total	(2.100)	(1.984)

* * *

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora - CRC 1SP199348/O-0

Marcelo P. Fernandes Costa
Diretor Administrativo Financeiro